

Encruzilhada histórica aos 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos



» **ROGÉRIO SOTTILI**
Diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog. Foi Secretário Especial de Direitos Humanos do governo federal e secretário Municipal de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo

No último 10 de dezembro, quando o mundo celebrou os 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fomos novamente lembrados da necessidade de reafirmar o pacto ético surgido após a Segunda Guerra Mundial. Em 2025, porém, essa data tornou-se alerta. A promessa universal dos direitos humanos é erodida diariamente, internacionalmente e no Brasil, onde forças autoritárias tentam reconstruir um projeto baseado na violência, na mentira, na impunidade, no saque ao bem público e na destruição de direitos.

O ano de 2025 expôs essa encruzilhada. A extrema-direita avançou globalmente, correndo instituições, desacreditando a imprensa, normalizando a violência política e disseminando desinformação em escala industrial. Como advertiu Hannah Arendt, regimes autoritários prosperam quando constroem realidades nas quais os fatos deixam de significar algo — terreno que se tentou adubar no Brasil e em outros países. Ao mesmo tempo, houve resistência: democracias à beira de rupturas frearam retrocessos.

O Brasil ocupou lugar decisivo. Apesar de pressões, reorganizou políticas públicas, recuperou presença internacional, enfrentou a fome e reafirmou compromissos com a democracia. Gerais foram presos pela primeira vez desde a redemocratização; um ex-presidente foi responsabilizado criminalmente; o STF manteve a centralidade do Estado Democrático de Direito. Houve mobilização social e fortalecimento institucional.

Esses avanços convivem com contradições. A crise atual deriva da impunidade da transição pós-ditadura e da recusa histórica em enfrentar raízes coloniais e escravocratas da desigualdade racial e da violência institucional. Como disse Milton Santos, vivemos num sistema que universaliza vulnerabilidades e transforma populações em descartáveis. No plano político, assistimos à desdemocratização, na qual rituais democráticos permanecem, mas perdem substância ética.

A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 expressou um projeto que busca corroer as bases da convivência democrática. Ele prospera em sociedades que confundem justiça com vingança e evitam revisitar pactos que impediram o país de responsabilizar torturadores da ditadura.

Por isso, a responsabilização de Bolsonaro e de seus articuladores civis e militares é indispensável. A discussão sobre reinterpretar a Lei da Anistia pertence ao campo democrático e aos compromissos do Brasil com tratados internacionais de direitos humanos.

O Instituto Vladimir Herzog tem contribuído de forma decisiva. Atuamos como amicus curiae na ADPF 320, que discute a necessidade de reinterpretar a Lei da Anistia à luz da Constituição e da Corte Interamericana. Essa incidência toca feridas históricas. O absurdo de golpistas pedirem anistia revela o quanto a democracia ainda é tratada como concessão, não como direito coletivo.

Também alertamos para a urgência de retomar caminhos da Comissão Nacional da Verdade. Nosso levantamento sobre suas recomendações evidencia a ausência de mecanismos robustos para garantir memória, verdade, justiça e reformas que impeçam a repetição de graves violações.

Esses debates serão centrais em 2026. Mais do que preservar instituições e defender a democracia, é imprescindível que se mostre qual tipo de democracia queremos. Isso significa impulsionar direitos humanos, cultura e educação como

pilares de um país que não aceita retrocessos, mas que avança.

O Instituto defende que não basta manter o que temos: precisamos construir algo melhor, mais sólido e verdadeiramente transformador.

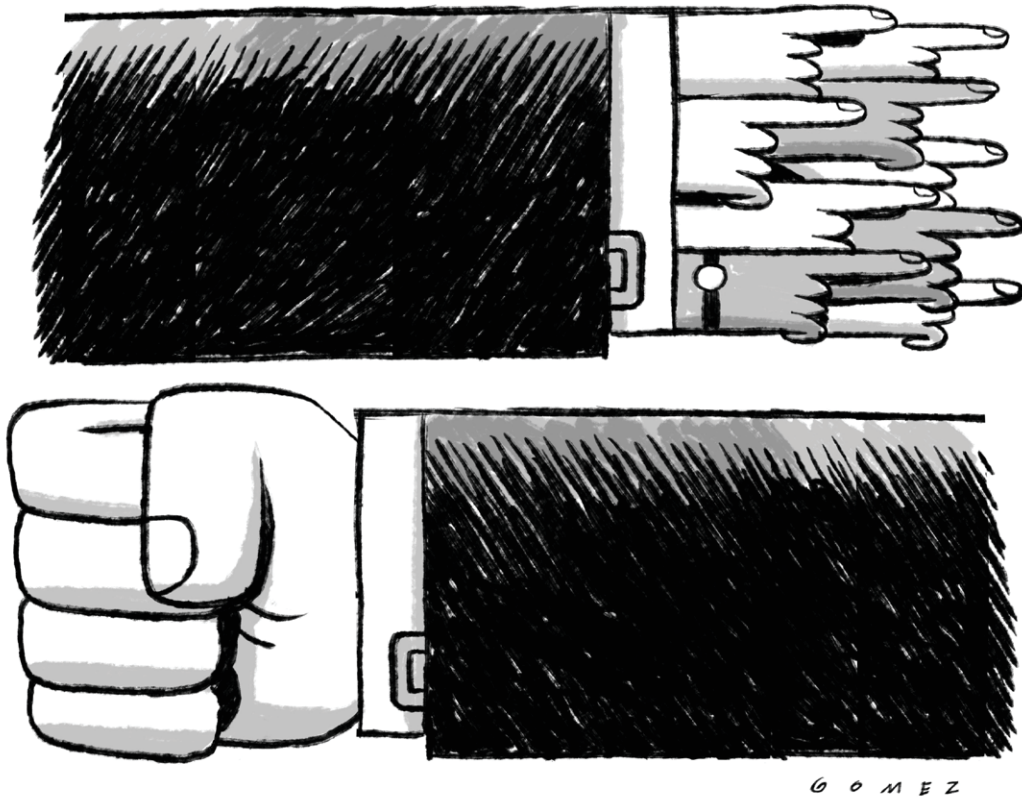
Renovar o Congresso será tarefa decisiva. Não votar em quem defende tortura; promove racismo, homofobia, misoginia, xenofobia ou perseguição religiosa; ataca jornalistas, artistas, educadores e defensores de direitos humanos; pactua com milícias; afronta a Constituição. Trata-se de responsabilidade democrática elementar, compatível com a tradição brasileira.

No cenário internacional, o Brasil terá responsabilidades ampliadas. Num mundo marcado por deslocamentos forçados, guerras prolongadas, violações massivas e colapso do multilateralismo, o país pode recuperar sua tradição diplomática de defesa do diálogo e da paz, reafirmando a centralidade da Declaração Universal.

O Instituto Vladimir Herzog concluiu a campanha 50 anos por Vlado, lembrando um jornalista que enfrentou tortura e censura com a firmeza de quem sabia que a democracia é projeto permanente. Sua memória nos convoca à coragem cívica e à disposição de enfrentar injustiças.

Por tudo isso, 2026 será um ano-encruzilhada. As forças autoritárias seguem organizadas, mas há energia democrática vibrante: educadores, artistas, jornalistas, povos tradicionais, lideranças comunitárias, juventudes e defensores de direitos humanos insistem que a esperança é possível.

Que os 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos lembrem que nenhum direito está garantido para sempre e sirvam como chamado à responsabilidade. O Brasil pode afirmar-se como liderança democrática global se fortalecer instituições, responsabilizar golpistas, proteger vidas e renovar o pacto civilizatório que nos trouxe até aqui. Só assim poderemos, de forma consciente e coletiva, colocar a dignidade humana no centro do nosso futuro.



Importações predatórias ameaçam o aço e o Brasil



» **MAÍLSON DA NÓBREGA**
Ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria

A desindustrialização caracteriza-se pela perda de peso e relevância da indústria no PIB. Pode ocorrer de forma natural, quando avanços na tecnologia e na gestão das empresas elevam a fatia dos serviços na economia. Nos Estados Unidos, a indústria hoje detém apenas 19% do PIB, ante 80% dos serviços. Tal processo, benéfico, ocorre de forma lenta, associado à abertura para o exterior, mudanças estruturais e inovações que ampliam a competitividade da indústria. Os ganhos de eficiência e de produtividade expandem a economia.

A desindustrialização também ocorre lentamente quando protecionismo excessivo, subsídios e incentivos fiscais, combinados, desestimulam a inovação e minam a competitividade da indústria. Pode se dar de forma acelerada, quando setores são afetados por desequilíbrio macroeconômico ou súbita e forte alta de importações. Na origem desse processo maléfico, estão subsídios à exportação por países com excesso de produção. Os itens chegam ao destino abaixo do preço de custo, arrasando fábricas locais.

Justificam-se, ante a invasão de produtos estrangeiros, ações urgentes de defesa da indústria nacional, sob risco de danos que podem torná-la inviável. Do contrário, perdas afetarão a economia

e o bem-estar da sociedade. Há que evitar a interpretação de que os dois tipos de desindustrialização têm a mesma origem, conduzindo à percepção errônea de que defender a indústria contra importações desleais seja protecionismo em favor de segmentos ineficientes. Não é.

Um exemplo ocorre na indústria brasileira do aço. Desde 2023, o setor enfrenta importações predatórias que ameaçam sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país e sua sobrevivência. Prevê-se que este ano entrem no país 6 milhões de toneladas de aço laminado, alta de 32% sobre 2024. É o triplo da média entre 2000 e 2019 e um terço do mercado nacional.

A avalanche vem especialmente da China, que fabrica um bilhão de toneladas de aço por ano – 30 vezes a produção brasileira. O governo chinês subsidia exportações de aço inclusive para reverter a queda da demanda interna. Dessa forma, as vendas externas já superam 100 milhões de toneladas anuais, o triplo da produção brasileira. O excedente de aço dos países exportadores encontra um mercado global com excesso de capacidade de 619 milhões de toneladas – ou 12 vezes a capacidade das usinas brasileiras.

As importações de aço não afetam apenas o Brasil, mas outros países, que têm reagido de forma dura para preservar a indústria nacional. Desde 2018, Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e México elevaram tarifas de importação para 25%. Este ano, americanos subiram a taxa para 50%, seguidos pelo Canadá. A União Europeia planeja o mesmo, além de cortar cotas.

Já o Brasil encontra-se vulnerável. Aqui, a tarifa de importação de aço é 10,8%. Em junho de 2024, apenas 10 produtos, de um total de 273,

tiveram elevação para 25% — hoje são 16. A medida foi desidratada por cotas generosas para a entrada de aço 30% acima da média importada de 2020 a 2022. O quadro piora devido a estímulos ao ingresso do item, como regimes especiais, acordos de comércio e, em alguns estados, redução de ICMS. Assim, a alíquota efetiva de importação de aço é de apenas 7,2%.

O estrago é visível. Mais de 5 mil demissões e corte de R\$ 2,5 bilhões em investimentos já ocorreram na indústria do aço, diante de um patamar de 63% no uso da capacidade instalada — o ideal para manter aportes e vagas seria 85%. Novas inversões são repensadas. É iminente o fechamento de unidades. O encolhimento do segmento do aço, vital para vários setores, ameaça toda a indústria com risco de danos irreversíveis e pode criar uma indesejável dependência de importações, gerando mais vulnerabilidade a uma atividade que há décadas enfrenta problemas que corroem sua competitividade e relevância.

Urge a adoção de medidas para derrubar as importações de aço. Mecanismos de defesa comercial — antidumping, restrições quantitativas, salvaguardas bilaterais, dentre outras — estão à disposição da política de comércio exterior. O governo não tem agido, todavia, como seria de esperar, aparentemente alheio à ameaça à produção doméstica de aço.

Os danos vão além do setor, ameaçando toda a indústria e o próprio Brasil. É preciso que nos miremos na prontidão e no vigor com que outras nações reagiram ao ataque dos asiáticos. É preciso considerar que não há país industrializado e próspero com uma indústria de aço arrasada. É preciso agir.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Por que não os homens?

Provoca debate a seguinte pergunta, que ignora convenções: se uma gravidez humana exige nove meses de gestação durante os quais a mulher carrega, arrisca a saúde e sofre as consequências físicas, sociais e econômicas, por que a maior parte da responsabilidade prática e do investimento em contracepção continua a recair sobre as mulheres? A aritmética simples que circula nas conversas ajuda a iluminar o problema: nove meses têm, em média, 270 dias; se um homem tivesse relações com várias parceiras diariamente ao longo desse período (hipótese extrema), o produto dessa multiplicação mental pode chegar a milhares de concepções potenciais — o número 2.430 que alguns citam resulta de 270 dias considerando nove parceiras diárias.

Essa conta serve como provocação: biologicamente, a realidade é mais complexa — probabilidades de concepção diárias, uso de métodos contraceptivos, infertilidade, intercuro etc. —, mas o ponto político e científico permanece. A capacidade reprodutiva masculina é multiplicativa e subexplorada no campo do controle de natalidade. O debate não é abstrato. Hoje, a população humana global está na casa dos bilhões, e as projeções demográficas continuam a indicar grandes transformações nas próximas décadas. As estimativas da Divisão de População das Nações Unidas (WPP) mostram que a transição demográfica, com crescimento importante em algumas regiões e declínio em outras, deve levar a uma população mundial na ordem dos 9 aos 10 bilhões ao longo do século, com concentrações crescentes em África e Sul da Ásia.

Essas trajetórias importam, pois condicionam consumo, uso de terra, água e energia. Se a preocupação maior é a pressão humana sobre os sistemas naturais, não basta falar em “menos gente”; é preciso combinar políticas de população com redução do consumo excessivo e reorientação tecnológica. Indicadores como o Dia da Sobrecarga da Terra (Earth Overshoot Day) mostram, no calendário, que a humanidade já consumiu todos os recursos renováveis que a Terra gera neste ano. Vivemos em déficit ecológico. Em anos recentes, esse dia tem caído cada vez mais cedo — sinal claro de que nossa demanda por recursos supera a capacidade de renovação e de absorção de resíduos do planeta.

Isso traduz, em termos concretos, destruição de habitats, erosão de solos, sobrepesca e superemissão de carbono. A ligação entre números humanos e perda de biodiversidade é bem documentada na literatura científica: estudos recentes apontam que a pressão populacional combinada à economia de consumo e políticas inadequadas é um dos motores fundamentais da crise de extinção, que a humanidade já consumiu todos os recursos renováveis que a Terra gera neste ano. Vivemos em déficit ecológico. Em anos recentes, esse dia tem caído cada vez mais cedo — sinal claro de que nossa demanda por recursos supera a capacidade de renovação e de absorção de resíduos do planeta.

Diante desse diagnóstico, que política faz mais sentido? A resposta proposta nesta coluna é dupla, mas interligada: (1) levar a sério o desenvolvimento e a difusão de contracepção masculina como prioridade científica e de saúde pública; (2) travar a crença moralista de que responsabilidade reprodutiva é, e deve ser, quase exclusivamente feminina. A justificativa prática é simples. Métodos masculinos eficazes, seguros e culturalmente aceitos expandiriam rapidamente o leque de opções para casais e poderiam reduzir gravidezes não planejadas sem onerar exclusivamente o corpo das mulheres.

Hoje, são duas as frentes reais de avanço: métodos não hormonais em desenvolvimento — pílulas que bloqueiam a produção de espermatozoides por vias específicas — e métodos hormonais e dispositivos gel, implantes, injeções e mesmo implantes hidrogéis que bloqueiam o trânsito de espermatozoides. Ensaios clínicos recentes e revisões mostram ganhos substanciais em taxa de supressão de espermatozoides e aceitabilidade; a pesquisa médica tem acelerado após décadas de subfinanciamento. Há, claro, resistências culturais, políticas e científicas. Em alguns países, a prevalência de vasectomia caiu nas últimas décadas; em outros, há renovação de interesse por soluções masculinas.

Parte do problema histórico foi o financiamento desproporcional para métodos femininos, o estímulo a abortos, o medo de efeitos colaterais em homens e uma mistura de normas de gênero que delegam a “gestão da gravidez” às mulheres. Mas os ensaios e as inovações recentes mostram que essas barreiras podem ser transpostas: a ciência já demonstrou que é tecnicamente viável reduzir temporariamente a fertilidade masculina de maneira reversível e segura.

Argumentar que “é o homem que deveria ser o foco” não implica deslocar recursos das mulheres, nem apagar direitos sexuais e reprodutivos femininos. Implica, antes, repensar prioridades: ampliar financiamento público e privado para contraceptivos masculinos; incluir homens nas campanhas de educação sexual; promover vasectomias seguras e acessíveis onde houver demanda; apoiar pesquisas internacionais para avaliar impactos socioculturais; e integrar essas medidas às políticas climáticas e de uso da terra.

A frase que foi pronunciada:

“Se fosse o homem que sentisse a dor do parto, todo casal só teria um filho.”

Dona Dita

História de Brasília

Se não fôsse lugar de político, um bom ministro da Agricultura seria o dr. Israel Pinheiro. Para realizar mesmo, seria um dos poucos no país. **(Publicada em 15/5/1962)**